

pen 2 AGO 1978

Sarney: mudanças só para melhorar

ESTADO DE SÃO PAULO

Da subseção e de Serviço Local

O senador José Sarney (Arena-MA), relator do projeto de reformas institucionais na comissão mista do Congresso, afirmou, ontem, que o governo "não abre mão dos instrumentos de defesa do Estado contidos nas medidas de emergência, estado de emergência e estado de sítio, mas poderá admitir emendas que venham alterar estes dispositivos, desde que se encontre uma fórmula melhor para as salvaguardas".

Segundo Sarney, "é muito difícil se prever a aceitação de emendas ao projeto do governo ao que dá respeito à anistia, já que o assunto não está afeto à matéria, mas se trata de legislação ordinária, que decorre do texto constitucional". Ao comentar uma possível emenda do senador Nelson Carneiro (MDB-RJ), com vistas a tornar competência exclusiva do Congresso Nacional a decretação de anistia, o senador maranhense observou que "esta é uma emenda autônoma, que foge ao projeto do governo e que, por isso, deverá ser examinada isoladamente pelo Congresso". E enfatizou: "Não vejo como inserir no projeto a decretação de anistia a todos os presos e criminosos políticos, pois isto seria objeto de um decreto e não disposição constitucional". Sarney acrescentou que, no que diz respeito às salvaguardas, "vamos estudar as alterações que forem sugeridas ao projeto e poderemos aceitar as que, aperfeiçoando a defesa do Estado, não venham extinguir os instrumentos de manutenção da ordem e do regime".

O relator do projeto elogiou a disposição do MDB em apresentar alterações à mensagem do governo: "Acho salutar essa posição, porque ela demonstra sentido de colaboração e, certamente, facilitará sua tramitação no Congresso". Mas ressaltou que espera da oposição sugestões construtivas que mantenham a estrutura original do projeto.

O prazo para apresentação de sugestões à proposta de emenda constitucional termina segunda-feira, e todas as subemendas deverão ser encaminhadas com a assinatura de pelo menos um terço dos representantes da Câmara e do Senado, o que poderá limitar o número de sugestões a serem formalizadas, principalmente porque são poucos os parlamenta-

res que regressarão de seus Estados na primeira semana de atividade legislativa. Apesar dessa dificuldade, pelo menos uma dezena de subemendas deverão ser apresentadas por arenistas e emedebistas.

O deputado Alceu Collares (MDB-RS) articula uma proposta que restabeleça as eleições diretas em todos os níveis, inclusive para presidente da República, a partir do próximo ano. O senador Itamar Franco (MDB-MG) estuda dispositivo para revogar a Lei Falcão, através de modificação do artigo 152 da Constituição. O senador Accyoli Filho (Arena-PR) cogita uma emenda que extinga o princípio de fidelidade partidária. Outras emendas a respeito de anistia, convocação da Assembléia Constituinte e restabelecimento da autonomia política de capitais e estâncias hidrominerais estão em vias de ser formalizadas por parlamentares da Arena e do MDB.

MARCHEZAN

O deputado federal Nelson Marchezan (Arena-RS) assegurou, ontem, em São Paulo, que a Arena rejeitará a emenda Montoro, que propõe o restabelecimento de eleições diretas para governadores e senadores, ainda este ano, "porque sua aprovação criaria sérios problemas de ordem político-institucional e poderia colocar em risco os planos de redemocratização do governo".

Segundo Marchezan, a oposição perdeu sua última importante bandeira eleitoral a partir do momento em que o governo encaminhou ao Congresso o projeto de reformas políticas, "e agora deverá enfrentar uma certa dificuldade para explicar à opinião pública o oportunismo de suas posições". Disse, ainda, que "a Arena tem a maioria necessária para garantir a aprovação do projeto e uma possível radicalização do MDB traria prejuízos políticos somente à própria oposição".

Também o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maciel (Arena-PE), acredita na aprovação do projeto de reformas, "pois se trata de matéria que interessa à Nação e que, por isso, se situa acima do âmbito partidário". Para Maciel, as reformas são "um vigoroso passo no sentido do fortalecimento do regime democrático". E acrescentou que este "não será o último passo, mas será o mais importante".